Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

26 DE JUNHO
SALÃO DA PAZ
PALÁCIO DO GOVERNO
LIMA — PERU
DISCURSO DURANTE ASSINATURA
DE ATOS INTERNACIONAIS E
DECLARAÇÃO CONJUNTA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru, Belaúnde Terry:

Não tarda a hora da partida. Desejo, neste momento, reiterar a Vossa Excelência nosso agradecimento pela fraterna hospitalidade que com nos acolheram as autoridades e o povo peruanos.

Sentimo-nos entre irmãos. e isto não é retórica. Expressa o laço sólido dos que estão engajados nos ideais de democracia, justiça social e paz; o laço que une os que compartilham tantos sentimentos, tantas tradições, tantos objetivos; o laço dos que viveram história comum e aprenderam, juntos, algumas das comppreensões básicas do mundo.

Peruanos e brasileiros somos irmãos porque estamos vinculados pela força de uma experiência haurida na história, aprendida com nossos povos, trabalhada com as idéias.

Ambos os países afirmamos o objetivo de desenvolvimento e de convivência democrática.

No Brasil, o projeto democrático é forte e tem bases coesas — porque é de todo o povo — e porque a ele se dedica, sem interrupção, o meu Governo.

Democracia é, no cotidiano, a prática do diálogo, da tolerância política. Os argumentos na democracia são a persuasão e o convencimento.

Ser democrata é estar disposto a aceitar a nação em sua inteireza, com o fardo da luta pelo desenvolvimento e pela justiça social. O exercício da democracia não se faz com privilégios ou com argumentos de autoridade, mas com os caminhos da igualdade e da participação.

O exercício democrático é uma busca de soluções verdadeiras a partir da melhor e mais adequada base de consenso. É a negociação política com fundamentos sólidos na representatividade.

Senhor Presidente,

O momento internacional está marcado pelo conflito e pela tensão. Não prevalecem as fórmulas viáveis de real cooperação internacional para o desenvolvimento.

Posso ser mais preciso. Para cada tensão, para cada conflito, existirão correspondentes caminhos negociadores. Para cada instância de dificuldade econômica, os países em desenvolvimento multiplicam propostas, até hoje, infelizmente, rejeitadas pelos países desenvolvidos. Não se deve, porém, abandonar a exploração dos caminhos de negociações, no âmbito bilateral como no multilateral.

A dissonância entre projetos e soluções tem nítidas raízes estruturais. No plano da política, a tendência que

prevalece é a de reduzir situações regionais complexas, de história intricada, a versões simplificadoras, inseridas no quadro geral de confrontação Leste-Oeste.

Há conseqüências sérias desta atitude para nós, países em desenvolvimento. As disputas se exacerbam; as questões regionais passam a ter componentes estratégicos como aditivo e pano de fundo que as polarizam e dificultam sua resoluçaõ.

Nós, países em desenvolvimento, somos plenamente responsáveis pelo nosso destino. Queremos construir um ambiente internacional propicio à paz e adequado às necessidades de desenvolvimento. Assim, devemos reafirmar que as dificuldades e contradições entre nós devem ser resolvidas por nossos meios, os quais devem necessariamente ser pacíficos.

Poderia falar, ainda, da violência de intervenções que não trazem a desculpa de conflitos internacionais mas, sim, pretextos unilaterais de segurança ou de expansão ideológica. E, aqui, nem a condenação mais veemente da comunidade internacional e do próprio Terceiro Mundo tem demovido as superpotências, nem as tem levado ao caminho da conciliação.

Neste quadro, duas preocupações me tocam, e gostaria de compartilhá-las fraternalmente com os peruanos.

Preocupa-me, antes de mais nada, o nosso papel. Que ações podemos, nós, latino-americanos, adotar no contexto internacional? O que fazer num mundo regido pelas hierarquias de poder?

Devemos agir com consciência de nossos limites, mas sem hesitações sobre nossas possibilidades concretas e crescentes de contribuir para a boa convivência internacional.

Antes de mais nada, devemos reforçar exemplarmente nossos laços latino-americanos. Temos um cabedal de princípios de convivência extremamente importante; desenvolvemos a ordenação jurídica do relacionamento intra-regional, e já não há dúvidas, entre nós, sobre a força dos princípios da autodeterminação, da não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias.

De outro lado, fundamos a nossa convivência na efetiva igualdade e cooperação eqüitativa. Em nossa região, não cabem divisões, eixos, hegemonias pretendidas, disputas de poder, corridas armamentistas. Não é nossa tradição, nem será esse o nosso futuro: Não queremos implantar diferenças entre grandes e pequenos mas conviver como iguais.

Há dinamismo em nossas relações, há vontade de aproximação. Tenho a certeza de que usaremos imginação na montagem de empreendimentos concretos que realmente nos aproximem. Muito já se fez, e está provado que a via da cooperação é larga e proveitosa.

Nossa convivência só nos traz dividendos. É preciso intensificá-la em todos os níveis, do contato presidencial aos modos cotidianos de trabalho diplomático, dos entendimentos oficiais aos arranjos entre empresários, das formas de intercâmbio artístico e cultural às articulações na área da ciência e da tecnologia.

Cada nação se engrandecerá com a afirmação de sua dimensão latino-americana; aperfeiçoará seu autoconhecimento; e, saberemos apresentar de forma harmoniosa nossas propostas de paz e desenvolvimento nos foros internacionais com a força do exemplo de nosso próprio comportamento.

Senhor Presidente,

Numa conjuntura econômica internacional desalentadora, o desenvolvimento constitui um desafio crescente para nossos países. São inalienáveis e impostergáveis as aspirações de nossos povos por padrões dignos de vida, com habitação, saúde, alimentação e escola. Não se consolidará a democracia sem justiça social, sem condições plenas de participação para cada cidadão.

Há mais de duas décadas, a comunidade internacional dispõe de propostas para a implantação de uma nova ordem econômica. Esse objetivo não será alcançado por generosidade dos países desenvolvidos, mas, estou certo, opera também em seu interesse. O fortalecimento das posições econômicas dos países em desenvolvimento reverterá em benefício do sistema internacional com um todo, através de mais comércio, fluxos financeiros equilibrados, maior aquisição de tecnologia, novas linhas de especialização internacional, difusão mais completa da modernidade.

Os obstáculos, porém, ressurgem e se multiplicam.

Os passos atrás na Conferência do Mar, onde Brasil, Peru e outros países atuamos com perseverança e espírito construtivo em busca de fórmulas de equilíbrio e eqüidade, são um caso dramático e recente. Esperamos seja prontamente recomposto o clima que caracteriza as fases finais de negociação. Esperamos, sobretudo, que o atual desassossego não se difunda para as novas e importantíssimas etapas do diálogo Norte-Sul, que se abrem no segundo semestre deste ano.

Minhas palavras não abrigam intuitos de confrontação. Como o Peru, tem o Brasil praticado a diplomacia

temperada pela eqüidade. Mas não se faz diplomacia sem confiança mútua e sinais de coincidência sobre o futuro.

Entre suas múltiplas dimensões internacionais, o Brasil também é país do Ocidente. E compreendemos o Ocidente como uma base de valores éticos e civilizados, que têm no diálogo e na democracia pilares centrais.

O Ocidente não é, portanto, monopólio dos países economicamente mais avançados. No discurso das relações Norte-Sul, é indispensável reforçar a idéia de confiança e transformá-la em modalidades concretas de ação.

A realidade não deve ser fonte de desencanto, mas de estímulo. Da adversidade, deve surgir a vontade de avançar, de reduzir as tensões políticas e de acelerar o passo na caminhada do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

Com minha visita a Lima espero ter fortalecido o espírito de cooperação construtiva e de consolidação dos nossos ideais maiores.

Espero estejamos iniciando uma fase das relações brasileiro-peruanas que se venha pautar por um intercâmbio cada vez mais rico e por uma amizade ainda mais fraterna.

A Declaração Conjunta e os Atos Internacionais que acabam de ser assinados refletem nossa disposição de levar avante um esforço firme, continuado e eficaz para ampliar o já vasto espectro da cooperação entre o Brasil e o Peru.

Estes atos vêm dar forma jurídica à vontade de dialogar, de trocar idéias em todos os domínios.

Não nos devemos deixar impressionar pelo que já está feito apenas estão prontas as fundações do edifício que estamos a contruir.

Sem resignação, mas com espírito combativo, aceitemos o que disse o poeta peruano:

«Hay, hermanos, muchísimo que hacer».

Acréscimo, de improviso, em espanhol, feito pelo presidente João Figueiredo ao discurso que pronunciou durante a assinatura dos Atos Internacionais:

Señor Presidente,

Hace poco, um reportero peruano me há preguntado cuano voveré yo al Perú. E yo le contesté: así que pueda.

En la realidad, vuelvo ahora a mi Pátria. Mas dejo acá, por lo que he visto, por lo que he sentido, por lo que he compreendido, non lo que me há emocionado, por la generosidad y la cordialidad de la gente peruana, dejo aquí el alma del hombre, y por que no decir también, el alma del soldado y, mas aún, el alma del ciudadan y tengo la certeza también el alma del sudamericano.

Que la presencia permanente de mi espírito en tierras peruanas pueda servir como um factor base de nuestra eterna amistad.

Muchas Gracias.